



Resenha do artigo intitulado “Adolescentes infratores e sexualidade nas unidades de ressocialização: estado e direitos humanos na reclusão”¹

Review of the article titled “Adolescents infractors and sexuality in resocialization units: state and human rights in prison”

Paulo Henrique Carvalho Brandão²

 <https://orcid.org/0000-0001-6509-9601>

 <http://lattes.cnpq.br/6902686670061063>

UniProcessus – Centro Universitário Processus, DF, Brasil

E-mail: phcb-12@hotmail.com

Vanessa Sther Barros Alves³

 <https://orcid.org/0000-0002-4865-4244>

 <http://lattes.cnpq.br/8540161586072450>

UniProcessus – Centro Universitário Processus, DF, Brasil

E-mail: vsther03@gmail.com

Resumo

Esta é uma resenha do artigo intitulado “Adolescentes Infratores e Sexualidade nas Unidades de Ressocialização: Estado e Direitos Humanos na Reclusão”. Este artigo é de autoria de: Samuel Costa da Silva¹. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico “Revista Processus de Estudo de Gestão Jurídicos e Financeiros”, no Vol. IX, jul./set., 2018.

Palavras-chave: Adolescente. Sexualidade. Violência. Reclusão. ressocialização.

Abstract

This is a review of the article entitled “Adolescent Offenders and Sexuality in Resocialization Units: State and Humans Rights in Reclusion”. This article is authored by: Samuel Costa da Silva¹. The article reviewed here was published in the journal “Revista Processus de Estudos de Gestão Jurídicos e financeiros” in Vol. IX, Jul./Sep., 2018.

Keywords: Adolescent. Sexualite. Violence. Seclusion. Resocialization.

Resenha

Esta é uma resenha do artigo intitulado “Adolescentes Infratores e Sexualidade nas Unidades de Ressocialização: Estado e Direitos Humanos na Reclusão”. Este artigo é de autoria de Samuel Costa da Silva¹. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico “Revista Processus de Estudo de Gestão Jurídicos e Financeiros”, no Vol. IX, jul./set., 2018.

¹ Resenha de aproveitamento da disciplina TC (Trabalho de Curso), do curso *Bacharelado em Direito*, do Centro Universitário Processus – UniProcessus, sob a orientação dos professores *Jonas Rodrigo Gonçalves* e *Danilo da Costa*. A revisão linguística foi realizada por *Fabianne Soares Santana Carvalho*

² Graduando em Direito pelo Centro Universitário Processus – UniProcessus.

³ Graduanda em Direito pelo Centro Universitário Processus – UniProcessus.

Quanto ao autor deste artigo, apresento o currículo dele, pois muito do que compõe a formação ou a experiência de um autor contribui para a reflexão temática que se propõe a escrever. Conheçamos, então, um pouco sobre o autor.

O autor deste artigo, Samuel Costa da Silva possui pós-doutorado em Sociologia, pela Universidade de Brasília (UnB), é professor de Sociologia Geral e jurídica na Universidade Processus (UniProcessus) em Brasília-DF, Mestre em Teologia pela Faculdade Teológica Batista de Brasília (FTBB), Especialista em Teologia Urbana pela UNIFIL, Graduado em Teologia pelo Seminário Presbiteriano Norte (SPN) e, atualmente, atua no desenvolvimento de projetos de pesquisas na área de sociologia urbana.

Este artigo é dividido nos seguintes capítulos: resumo, palavras-chave, *abstract*, *keywords*, origem e finalização do antigo CAJE, a obstaculização sexual e elemento de punição prostrada, o estupro masculino na reclusão, parentesco e sexualidade como meio de sobrevivência na reclusão, a homossexualidade feminina na reclusão, as relações entre o monitor e a adolescente infratora, a dessexualização do gênero feminino na reclusão, conclusão e bibliografia.

O autor Samuel Costa da Silva menciona em seu texto: “A sexualidade de adolescentes em unidades de internação estrita é tema complexo, que envolve as leis do Estado, cuja incumbência é a de guardar em segurança os adolescentes sob sua custódia, bem como as diretrizes fundamentais dos direitos humanos. Conquanto a maioria dos adolescentes tenha vida sexual ativa antes de ser internada, uma vez em reclusão não há permissão à sua continuidade, a não ser que haja comprovação de relacionamento conjugal estável anterior à internação. O tratamento dispensado aos adolescentes do sexo masculino é distinto do modo empregado às adolescentes. Na instituição de reclusão de adolescentes infratores há diretrizes político administrativas de dessexualização implícitas, o que faz com que o sexo na reclusão signifique vida e morte, prazer e punição.”

O tema deste artigo é “Adolescentes Infratores e Sexualidade nas unidades de Ressocialização: Estado e Direitos Humanos na Reclusão”. Nele apresenta a problematização da vida sexual e do sexo encarado nas unidades de ressocialização tanto pelos menores infratores quanto por quem presta serviço no local, partindo da hipótese de que o sexo dentro das unidades de ressocialização signifique vida e morte, prazer e punição.

Neste artigo, o objetivo geral foi demonstrar de forma clara e exemplificativa o valor e a função do sexo nas unidades de ressocialização. Os objetivos específicos foram demonstrar o caráter, muitas vezes punitivo, do sexo, bem como demonstrar que a dessexualização é feita de forma desigual, preconceituosa e arbitrária a depender do gênero do interno.

A temática da pesquisa contou com as justificativas apresentadas nos parágrafos 13, 15, 17, 18, 20, 21, 23, 24, 27 e 29, onde são demonstrados relatos dos próprios internos que corroboram com os objetivos da obra, além de trazer uma conexão do leitor com a realidade vivida pelos menores infratores que é de suma importância para atentar às violências e injustiças ocorridas em unidades de ressocialização.

Em seu primeiro capítulo, intitulado como “Origem e Finalização do Antigo CAJE”, o autor demonstra a origem do Centro de Atendimento Juvenil Especializado, comumente chamado de CAJE, criado como um “programa de atendimento ao adolescente com medida socioeducativa provisória” no ano de 1973, bem como demonstra a sua evolução e desenvolvimento após a criação do projeto de atendimento ao menor infrator chamado PROAMI. O Projeto de Atendimento ao

Menor Infrator era integrado com 3 unidades especializadas sendo o Centro de triagem e observação de menores (CETRO), a Comunidade de educação, integração, apoio de menores e família (COMEIA) e a Comunidade de terapia e educação de menores (COTEME). Já em 1908, até o encerramento do CAJE. (PDASE, 2016. p.53)?

No segundo capítulo, nomeado “A obstaculização sexual como elemento de punição prostradora”, o autor aponta o quanto o sexo e a vida sexual no geral deve ser vista como uma necessidade do ser humano e, partindo desse pressuposto, aponta as consequências da privação do sexo aos menores infratores, gerando uma revolta nos internos, alcançando o efeito contrário ao que a unidade de ressocialização se propõe, que é de reabilitar o menor à convivência na sociedade, porém ao privar a vida sexual do interno, o sexo acaba sendo visto como forma de punição, escambo e violência.

Já no terceiro capítulo, intitulado “O estupro masculino na reclusão”, o autor exemplifica uma das consequências apresentadas no capítulo anterior, de maneira a demonstrar que a libido dos adolescentes infratores são intensos e, por privarem o sexo, a primeira consequência disso é que os internos acabem sendo violentados por outros internos e, por um sentimento primal de masculinidade, os mesmos acabem agredindo de forma violenta quem estupra e desmoralizando quem é estuproado, por falta de tolerância uns com os outros, em relação à sua sexualidade, por não existir tolerância alguma aos homossexuais, que nas palavras do interno entrevistado, “Viado aqui dentro e estuprador a gente não aceita não”, gerando insegurança para todos os que ali estão lotados.

Seguindo a linha de pensamento embasado no instinto primal dos internos, o quarto capítulo intitulado “parentesco e sexualidade como meio de sobrevivência na reclusão”, demonstrando o instinto protetivo dos internos com sua família e, em contrapartida, a ameaça que parte de alguns adolescentes infratores a outros que são visitados por mães ou irmãs, praticamente os obrigando a utilizar parentes como forma de escambo pela vida, para que as mesmas sirvam de objeto sexual aos ameaçadores.

No quinto capítulo, nomeado como “a homossexualidade feminina na reclusão” o autor apresenta uma dualidade com o terceiro capítulo, pois enquanto na ala masculina das unidades de ressocialização a homossexualidade não é tolerada e é punida com violência, na ala feminina a homossexualidade é permitida entre as companheiras de cela, uma vez que as mesmas, diferentemente dos adolescentes homens, são impedidas de receber visitas íntimas para “evitar gravidez” e, além disso, são impedidas de receber objetos com formatos fálicos, para evitar a masturbação das internas.

Já o sexto capítulo, intitulado como “as relações entre o monitor e a adolescente infratora”, o autor aponta que as barreiras sexuais impostas, diferentemente da justificativa dada, servem muito mais para evitar punições sexuais impostas às internas que estão lá por espancamento infantil, crime o qual não existe tolerância entre as internas e serve para mantê-las com a libido elevada, pois existem monitores que utilizam de favores sexuais das internas em troca de mercadorias tais como alimentos, drogas, armas e etc.

O sétimo capítulo, nomeado como “A dessexualização do gênero feminino na reclusão” aponta a forma desproporcional de como é feita a privação do sexo feminino, apesar do sexo masculino ainda ser privado, entretanto de forma branda, uma vez que não existem restrições em relação à masturbação e eles ainda têm acesso à visita íntima, enquanto o sexo feminino sequer pode receber bananas

como frutas por terem dimensões equivalentes a um pênis, demonstrando assim uma parcialidade nas formas de tratamento de cada sexo nas unidades de ressocialização.

O autor finaliza seu parágrafo demonstrando que de fato a dessexualização feita pelas unidades de ressocialização é feita de forma desproporcional e equivocada, por gerar tanta violência e casos criminosos contribuindo para a piora da ressocialização do interno, dada a alta possibilidade de revolta dos mesmos nas unidades.

Referências:

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como elaborar uma resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 3, n. 7, p. 95–107, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3969652. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/41>>. Acesso em: 3 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como escrever um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, p. 29–55, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319105. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/122>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como fazer um projeto de pesquisa de um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, p. 01–28, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319102. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/121>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Escolha do tema de trabalho de curso na graduação em Direito. **Revista Coleta Científica**. Vol. 5, n. 9, p. 88–118, 2021. DOI: 10.5281/zenodo.5150811. Disponível em: <<http://portalcoleta.com.br/index.php/rcc/article/view/58>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

PDASE - PLANO DECENAL DE ATENDIMENTO SOCIO EDUCATIVO DO DISTRITO FEDERAL. Brasília: Secretaria de estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude / Governo do Distrito Federal, 2016. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/1o-plano-decenal-de-atendimento-socioeducativo-do-df-pdase.pdf>. Acesso em 13/06/18.

SILVA, Samuel Costa da. **Adolescentes Infratores e Sexualidade nas Unidades de Ressocialização: Estado e Direitos Humanos na Reclusão** Vol. IX, n. 35, jul.-set., 2018. Acesso em: 13 jul. 2022.